

MANIFESTO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

Reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, nós, magistrados mineiros, decidimos, no dia 9 de agosto de 2013, tornar público nossos posicionamentos e deliberações sobre assuntos relevantes e de interesse da classe para os quais foi convocado, legal e previamente, o foro mais legítimo e representativo de nossa Associação.

Após sete meses da nossa gestão, nos quais a Amagis intensificou seu poder de atuação junto aos Três Poderes, por meio de permanente interlocução, a realização da assembleia culmina, agora, uma gestão democrática, participativa e compartilhada.

Num ambiente altamente cívico, transparente, equilibrado e respeitoso, discutimos e deliberamos sobre as quatro pautas assinaladas e registradas em edital, quais sejam o posicionamento sobre a Lei 20.842/2013, que instituiu o cargo de assessor para juiz; a proposta de criação de fundo para segurança dos fóruns; o posicionamento sobre direitos trabalhistas dos magistrados e, por último, o posicionamento sobre a proposta de modernização do Judiciário, por meio de eleições diretas.

O que decidimos:

1 - Direitos trabalhistas: Oficiar ao TJMG para que, no prazo de 30 dias, apresente cronograma de pagamentos dos direitos trabalhistas devidos aos magistrados, sob pena de paralisação do trabalho das turmas recursais; dos executivos fiscais e das ações de busca e apreensão do Decreto 911; e mais, o acionamento do CNJ e propositura de ações judiciais cabíveis para concretização desses direitos;

2 – Cargo de assessor para juiz (Lei 20.842/2013): Foi aprovada a formação de uma comissão representativa de juízes para discutir e contribuir com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais na formulação de resolução que tenha por objetivo

atender, sob a ótica da melhoria das condições de trabalho, à questão do assessoramento dos juízes. A comissão será indicada pela Amagis e integrada por sete juízes: 1 da entrância especial, dois da 2ª entrância, dois da 1ª entrância e dois dos juizados especiais.

3 – Segurança dos Fóruns: Foi aprovada a proposta de anteprojeto de lei a ser encaminhado ao TJMG, para criar o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados, financiado por um percentual do Fundo Especial do Judiciário, a fim de enfrentar as questões de segurança dos fóruns, permitindo que o Tribunal elabore planejamento estratégico e uma política de gestão bem definida para o atendimento a essa demanda, que aflige e afeta não somente os juízes, mas servidores, advogados, promotores e as partes; enfim, todo o cidadão que busca a efetiva prestação jurisdicional;

4 - Modernização do Judiciário: Aprovação, pela unanimidade dos magistrados, da proposta de alteração regimental, a ser aprovada pelo Pleno do Tribunal, com a inclusão dos juízes na votação para a escolha do corpo diretivo do TJMG, bem como a extensão dos desembargadores elegíveis a todos os desembargadores integrantes do Pleno. A proposta será encaminhada ao Tribunal por meio de requerimento.

Entendemos que democracia é, sem demérito algum à direção do Tribunal, ouvir e partilhar visões e experiências e é também, ao final, decidir e gerenciar melhor, sempre com participação efetiva de todos os juízes.

As deliberações assinaladas foram, intensa e democraticamente, debatidas e aprovadas e refletem o pensamento e a vontade majoritária da magistratura mineira. Além da representatividade da assembleia e da legitimidade da própria Amagis, democraticamente eleita, a presença de 402 magistrados e de outros 74 representados por procuração, por si só, confirma a soberania deste manifesto e de suas decisões.

Belo Horizonte, 9 de agosto de 2013

